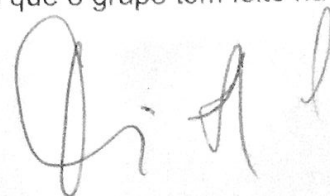


ATA Nº 13/2018 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, reuniram-se na Cooperativa de Materiais Recicláveis de Balneário Camboriú, localizada à BR 101, Km 127, Av. Floresta Negra, Várzea do Ranchinho, os **conselheiros**: Geisebel Cristine Patricio (EPAGRI); Filomena Martins Lavado (ECOCIDADÃO); Cleber Marques Maciel e Thomas Hermann Sant'Ana Maciel (COOPERMAR); Luiz Filipe Goldfeder Reinecke (UDESC); Sueli Hinze (AMUARTE SC). **Não houve justificativa dos ausentes.** Como **ouvintes**: Edson Ferreira, Pompilio Locks (UDESC); Claudir (Sec. Fazenda); Elvis Roni Bucior (Câmara de Vereadores); Franciele de Souza Pires (COOPERMAR); Eliane S. Maciel (COOPERMAR); André L. Mazocco (Câmara de Vereadores); Patrick H. Machado (Câmara de Vereadores); Allan Müller Schroeder (BCPREVI); Andréa Marcelino (CDMBC); Jean C. Machado (Sociedade civil); Claudemir Gonçalves (CMDH); Otavio José Zini Vieira (CMDH); Marisa Zanoni Fernandes (CMDH); Loreni de Souza (COOPERMAR). A presidente Sueli inicia a reunião e logo é realizada a auto apresentação de cada um. Luiz Filipe indica que a **pauta** do dia é a **Apresentação do Plano de Trabalho da COOPERMAR** e explanação do **Avanço quanto à valorização de resíduos**, bem como **situação da usina**. Filomena faz uso da palavra e diz que o Plano foi feito tendo como base outro Plano construído pela UNIVALI em 2013, através de um programa. Filomena diz que foi criada uma Comissão do Plano de COOPERMAR no CMES e lembra que o plano de trabalho, previsto para doze meses, ocorreu pela exigência de um TAC. A conselheira prossegue informando que foi feito levantamento da situação atual e a partir de então, o plano de trabalho. Luiz Filipe fala sobre a demanda do plano de trabalho ter sido uma exigência da Prefeitura. Na época, o contrato com a empresa Ambiental estava em processo para ser renovado, havendo sido colocado como condição no contrato que fosse realizada Educação Ambiental e o recurso fosse aplicado à construção de uma unidade de valorização de materiais, no caso a usina de reciclagem. Filomena fala que após os doze meses, seria verificado o quanto a gestão da cooperativa poderia se autogerir e quanto precisaria da gestão pública para continuidade dos trabalhos. Um dos presentes indaga quanto à ocorrência de fato da alteração no contrato da Ambiental com a Prefeitura a esse respeito. Cleber diz que o que se tem são notícias da imprensa, mas não teve acesso ainda ao contrato. Uma pessoa questiona sobre a recondução do contrato com a Ambiental ter passado pela Câmara e recebe respostas de que não passou pela Casa Legislativa. Um dos presentes faz uso da palavra e diz que há uma Comissão de análise do contrato da Ambiental no Conselho de Meio Ambiente, a qual aprovou as contas da Ambiental e a partir disso, o Executivo renovou o contrato. Otavio indaga sobre a quantidade de cooperados da COOPERMAR, quantidade de catadores no município e sobre ação para unir os catadores que não são cooperados. O conselheiro pergunta ainda quanto ao trabalho realizado pela cooperativa e se há algum subproduto a partir do trabalho de reaproveitamento e interação entre as usinas. Cleber responde que são ao todo são trinta e dois cooperados e cerca de quatrocentos catadores em Balneário Camboriú; diz que tem projetos de reuso dos materiais recicláveis. Luiz Filipe faz uso da palavra, pontua que esse é um avanço e aborda o entrave da Cooperativa em estar operando sem documentação adequada e aguardando por isso há dez anos. Sueli diz que o promotor Isaque informou que a Secretaria do Meio Ambiente havia enviado um comunicado, solicitando a retirada de todos os cooperados da COOPERMAR, pois querem construir no local. Um dos presentes direciona a palavra à Otavio e ressalta que os questionamentos feitos por ele estão entre as perguntas que o grupo tem feito há



muito tempo e nesse decorrer do processo de amadurecimento, o que se tem atualmente em discussão é o plano de trabalho, sendo posteriormente abordado os próximos passos, mas reafirma que as indagações são gerais aos envolvidos. Outra pessoa faz uso da palavra e diz que percebe um avanço pelo TAC, sendo que a COOPERMAR está fazendo sua parte, pelo Plano de trabalho já apresentado e indaga quanto ao que cabe à parte da ação da Ambiental e do Executivo. Patrick retira-se para se fazer presente em outra reunião. Luiz Filipe lembra que a Secretaria do Meio Ambiente, que é membro do CMES, havia solicitado informações sobre o Plano desenvolvido pelo próprio Conselho, de maneira que o Conselho reuniu-se extraordinariamente para responder à Secretaria, sobre como foi construída a comissão do plano e informando a data do protocolo. O CMES indagou a Secretaria quanto ao motivo dos questionamentos, mas não obteve respostas. Luiz Filipe diz que na reunião ordinária seguinte foi encaminhada indagação à Promotoria para saber do andamento do processo. Otávio fala sobre prazo nos processos de resposta e caso não ocorra dentro do prazo, é possível encaminhar ao Ministério Público o questionamento. Luiz Filipe diz que na última reunião ordinária foi solicitado uma audiência com o Ministério Público e solicitação de informação do andamento e ressalta que o que se tem é a alegação da Cooperativa de que a Prefeitura não está cumprindo com as partes. Um dos presentes sugere que os vereadores encaminhem os questionamentos, já que gozam da prerrogativa de solicitar informações com prazo de resposta. O vereador Patrick Machado diz estar à disposição para assinar junto com os demais interessados a solicitação de informações. Sueli diz que pode enviar uma cópia do plano com a data do protocolo para o Gabinete do vereador. Cleber convida os presentes à uma visita para conhecer o espaço da COOPERMAR. Sem mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, e eu Francielly Raquel Vianna, secretária executiva, lavro a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos demais conselheiros presentes.

Sueli Hinze



